

O Mar no Pensamento Estratégico Nacional

João Mira Gomes

Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Comunicação proferida pelo Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. João Mira Gomes, por ocasião da “Sessão de Abertura” do Colóquio “O Mar no Pensamento Estratégico Nacional”, que teve lugar no IDN no dia 25 Novembro de 2008. Os textos relativos às diferentes intervenções foram entretanto publicados no número 122 da Revista “Nação e Defesa”, subordinado ao tema do Colóquio atrás referido, e que decorreu no IDN nos dias 25 e 26 de Novembro de 2008.

The Sea in the National Strategic Thought

The present text is a transcript of the speech given by Mr. João Mira Gomes, the Secretary of National Defense and Sea Affairs, in the “Opening Remarks” of the Seminar “The Sea in the National Strategic Thought” held in the National Defence Institute on the 25th November 2008. The transcripts of the other communications were already published in the Issue 122 of the Journal “Nação e Defesa”.

É com grande satisfação que registo o renovado interesse do Instituto da Defesa Nacional pelo mar. Prova desse interesse é a recente criação do Grupo Científico e de Investigação sobre o Mar, sob a Direcção do Senhor Almirante Vieira Matias e do Senhor Vice-Almirante Rebelo Duarte, de que o presente seminário constitui a primeira realização.

Gostaria, pois, de felicitar o Instituto da Defesa Nacional, na pessoa do seu Director, Prof. Doutor António Telo, pela iniciativa de organizar este seminário sobre “O Mar no Pensamento Estratégico Nacional” e também de agradecer o convite para participar na sua abertura.

O mar é há muito uma componente da nossa identidade nacional. Se há algo de que nós, Portugueses, nos podemos orgulhar é do facto de termos contribuído, com a nossa aventura marítima, para a globalização que é a marca da actual ordem internacional. Numa época em que o mar era ainda um factor de divisão, conseguimos, com a epopeia dos Descobrimentos, contribuir para encurtar distâncias, estreitar margens e aproximar povos e continentes.

Não gostaria, porém, que as minhas palavras fossem entendidas como uma mera evocação do nosso passado. Se refiro os nossos feitos históricos é sobretudo com o objectivo de recordar que o mar continua a ter o mesmo potencial de aproximação e de integração: quer numa perspectiva transsectorial, isto é entre os vários sectores de actividade, quer numa abordagem transsocial, ou seja entre as diferentes esferas da sociedade, quer ainda numa óptica transnacional, entre os diferentes países e regiões do mundo.

A data para a realização deste seminário é particularmente oportuna, tendo em conta que, há pouco mais de uma semana, celebrámos o Dia Nacional do Mar. Este dia marcou também o segundo aniversário da Estratégia Nacional para o Mar, aprovada pelo Governo em Novembro de 2006. Dado o tema deste seminário, não posso deixar de abordar aqui a Estratégia Nacional para o Mar, não só porque a mesma constitui o instrumento político fundamental para a protecção e valorização do inestimável recurso que o mar representa para o nosso país, mas também porque a Estratégia possibilita uma visão integrada entre os diferentes sectores, reflectindo assim a intenção do Governo de aproveitar esse potencial de integração do mar numa perspectiva transsectorial.

Com efeito, a Estratégia Nacional para o Mar tem por fim criar as condições e os mecanismos necessários a uma adequada gestão e utilização dos espaços e recursos marítimos sob soberania e jurisdição nacional, com base na coordenação intersectorial das políticas e acções das entidades com competências neste domínio.

Nesse sentido, uma das primeiras acções prioritárias da Estratégia Nacional para o Mar foi a criação da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM),

composta por todos os Ministérios com competências no domínio marítimo e pelas Regiões Autónomas.

Por ocasião deste último Dia Nacional do Mar, teve lugar mais uma reunião da CIAM, cujo programa de trabalho é revelador da ambição e dos desafios que se colocam aos vários actores nas diferentes áreas prioritárias: Planeamento e Ordenamento do Espaço e Actividades Marítimas; Rede de Informação e Conhecimento para o Mar; Vigilância, Segurança e Defesa para o Mar; Comunicação e Sensibilização para o Mar; e Cooperação Internacional para o Mar.

Sabemos que, na área governativa, a reflexão deve sempre conduzir a uma decisão. Assim, estas áreas prioritárias são desenvolvidas através de acções estratégicas, cujos planos de acção estão já em curso. Ou seja, o mar faz parte não apenas do pensamento estratégico do Governo, mas também da sua acção estratégica.

Sem querer ser exaustivo na descrição dos vários planos de acção em curso, gostaria de mencionar alguns que reflectem cabalmente a vontade de aproveitar este potencial de integração transsectorial.

Na área ambiental, destaca-se o projecto de monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva, conhecido por MONIZEE, que visa a coordenação e o aproveitamento das infraestruturas dos vários sectores com necessidades e valências de monitorização, como as Pescas, o Ambiente, a Defesa e a Ciência e Tecnologia.

Ainda na área ambiental, e ligado ao projecto MONIZEE, temos o programa de actualização do Plano Mar Limpo, que consiste num plano de emergência para combate à poluição das águas marinhas por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas. Também aqui o objectivo é otimizar o emprego das infraestruturas existentes para proteger e gerir a nossa ampla Zona Económica Exclusiva.

Na área do ordenamento do território e planeamento espacial, salienta-se o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, que constitui uma ferramenta de governação essencial. Este Plano visa o levantamento de todas as actividades que se desenvolvem no espaço marítimo sob soberania ou jurisdição portuguesa, com vista a ordenar a utilização desse espaço, em articulação com a gestão da zona costeira. Garante-se, assim, a utilização sustentável dos recursos no quadro duma abordagem integrada e multisectorial. Este projecto insere-se no objectivo de simplificação processual do licenciamento de actividades marítimas. Pretende-se concretizar a prazo a visão de “um projecto, uma licença”. Para o efeito, há que diagnosticar os problemas com os procedimentos de licenciamento em vigor, bem como proceder a uma reengenharia de processos com vista a encurtar os prazos de decisão e a diminuir os custos.

A execução desta Estratégia é acompanhada pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, que funciona na dependência do Ministério da Defesa Nacional e cujo responsável é o Eng. Miguel Sequeira.

Para além desta dimensão transsectorial, estou convicto de que o mar apresenta também um potencial de integração transsocial, isto é de articulação entre as esferas da sociedade. Tanto mais que não concebo o pensamento estratégico nacional sobre o mar como uma tarefa exclusiva do Governo, mas antes como uma prerrogativa e, simultaneamente, uma responsabilidade de toda a sociedade.

Ao olhar para a assistência de hoje, parece-me que não é apenas o Governo que tem a percepção da importância estratégica do mar para Portugal. A sociedade civil está consciente dessa importância, bem como do papel que é chamada a desempenhar no esforço de potenciação dessa valência marítima.

No quadro do objectivo de sensibilização e promoção do mar, o Governo pretende envolver o mais possível a sociedade civil no processo de decisão e dispor de um mecanismo consultivo que permita auscultar os representantes dos sectores económicos directamente envolvidos, bem como os vários grupos de interesse. Por isso, uma das acções prioritárias da Estratégia Nacional para o Mar foi a criação do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, em cuja sessão constitutiva participei, em Maio último, e na qual foi eleito como Presidente o Prof. Mário Ruivo. Com este Fórum nasceu, assim, um espaço para reflexão e debate sobre os assuntos do mar, aberto à sociedade civil e à participação de personalidades de reconhecido mérito, organizações não governamentais e entidades públicas e privadas.

Ora, a integração transsocial é precisamente isto - aproximar as várias esferas sociais: o sector público e o sector privado; o meio empresarial e o meio científico; as organizações e os indivíduos. Visando este objectivo, o Fórum Permanente para os Assuntos do Mar realizou em Outubro, na véspera da sua segunda sessão plenária, em conjunto com a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, um seminário sobre *clusters* marítimos. A promoção da economia do mar e do *cluster* sectorial é uma prioridade da Estratégia Nacional para o Mar. Além disso, os *clusters* têm um papel importante na união de vontades entre os sectores público e privado e na articulação de valências empresariais e académicas com vista à obtenção de sinergias e vantagens competitivas.

Esse seminário constituiu uma oportunidade para apresentação das duas candidaturas nacionais a *clusters* regionais do mar. Nele participaram também representantes dos *clusters* de Espanha, França e Noruega, bem como da Comissão Europeia, que aceitaram o convite para partilhar connosco as suas experiências.

Neste contexto do mar como factor de desenvolvimento económico e de articulação entre o Estado, as empresas e as instituições de investigação, gostaria de referir o trabalho da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, cujo responsável é o Prof. Manuel Pinto de Abreu.

Esta Estrutura, que também funciona na dependência do Ministério da Defesa Nacional, tem por missão preparar a proposta de extensão da plataforma continental de Portugal, para além das 200 milhas náuticas, que deverá ser apresentada nas Nações Unidas até Maio próximo. Está em causa a jurisdição sobre os importantes recursos do fundo e do subsolo marinhos em áreas para além da Zona Económica Exclusiva. Para além do trabalho que estamos a desenvolver ao nível nacional, a Estrutura de Missão está envolvida em projectos de cooperação com países que reconhecem a competência marítima de Portugal. Esta é, pois, uma oportunidade única para demonstrar a nossa capacidade científica e tecnológica e para reforçar o posicionamento de Portugal como uma importante nação marítima.

Estes exemplos de cooperação internacional, quer no que se refere ao *cluster* marítimo, quer no que respeita à extensão da plataforma continental, são também eles reveladores do potencial do mar na integração transnacional, isto é entre os países e regiões do mundo.

Conscientes da importância do mar como factor de afirmação internacional, estivemos na linha da frente da elaboração de uma Política Marítima Integrada para a União Europeia, que acabou por ser aprovada, sob Presidência portuguesa, em Dezembro último.

Também a Política Marítima Europeia obedece a uma abordagem integrada, tendo por objectivo melhorar a coerência das diversas acções da União Europeia no domínio marítimo. Assim, em vez de substituir ou competir com as políticas nacionais ou as várias políticas europeias existentes – por exemplo, nos sectores das pescas, transportes, investigação ou ambiente – a Política Marítima Europeia pretende conferir a todas elas um valor acrescentado por meio da obtenção de sinergias entre as respectivas valências marítimas e, assim, contribuir para melhorar a respectiva eficácia.

Um dos principais vectores da Política Marítima Europeia é, pois, a questão da governação marítima, que acreditamos se deva basear na articulação entre os governantes europeus responsáveis pela coordenação intersectorial dos assuntos do mar nos seus países.

Outro vector fundamental é a investigação marinha e marítima, para a qual a União Europeia pretende aprovar uma Estratégia que promova a coordenação de esforços públicos e privados nesta área.

O mar poderá também suprir carências em áreas onde a Europa é ainda deficitária e, assim, reduzir a nossa dependência face ao exterior. A energia é uma dessas áreas, pelo que importa promover as energias renováveis alternativas baseadas no mar, desde a eólica *off shore* até à energia das ondas, passando pela exploração sustentável dos hidratos de gás que existem no fundo dos oceanos.

Estamos também envolvidos no processo de implementação da Directiva-Quadro “Estratégia para o Meio Marinho”, que constitui o pilar ambiental da Política Marítima Integrada da União Europeia.

Ainda no que respeita à protecção ambiental, é do interesse de todos nós a melhoria das condições de segurança do transporte marítimo, de modo a evitar desastres ecológicos como aqueles que vários países europeus tiveram que enfrentar nos últimos anos. A União dispõe já de uma Agência Europeia de Segurança Marítima, sediada em Lisboa, bem como de tecnologias avançadas para o efeito. Mas também aqui é fundamental reforçar a cooperação entre os Estados membros, designadamente entre os vários sistemas e autoridades nacionais responsáveis pela vigilância marítima.

Para além do aspecto de promoção ambiental, o controlo do espaço marítimo revela-se ainda prioritário do ponto de vista da segurança, em particular no que se refere ao combate à imigração ilegal, ao terrorismo e ao tráfico de droga e de seres humanos. A região do Mediterrâneo afigura-se, neste contexto, uma área estratégica. É, por isso, nosso objectivo participar activamente no desenvolvimento de uma rede de vigilância marítima europeia e, em particular, num projecto-piloto na área do Mediterrâneo e proximidades atlânticas.

Mas não são apenas o Mediterrâneo e o Atlântico a merecer a atenção da União Europeia. A necessidade de segurança marítima estende-se também à costa da Somália, onde se tem registado um recrudescimento da pirataria. A União Europeia aprovou a operação naval ATALANTA, em apoio às Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que visam a melhoria da segurança daquela região e o Governo aprovou entretanto o destacamento para aquela operação naval de um oficial da Marinha Portuguesa.

Ainda no que respeita à segurança, e numa altura em que a segurança marítima voltou a assumir uma maior relevância, não posso deixar de referir o facto de Portugal assumir em 2009 o comando da EUROMARFOR, uma Força Naval que reúne as Marinhas de Portugal, Espanha, França e Itália. A EUROMARFOR, cuja célula permanente está instalada no Comando Naval em Oeiras, está vocacionada para o cumprimento de missões de carácter humanitário, de manutenção da paz e gestão de crises.

Também no próximo ano, Portugal assumirá o comando do *NATO Standing Maritime Group 1*, uma força de reacção rápida que reúne os EUA, Canadá, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Polónia, Portugal e Espanha. O *Standing Maritime Group 1* é um componente da *NATO Response Force*, na qual o *Joint Command Lisbon* assume um papel muito relevante.

Ainda no que se refere à cooperação internacional, uma última palavra para dar conta do nosso objectivo de aproveitar a actual Presidência portuguesa da Conferência

de Chefes de Estado e de Governo da CPLP para reforçar a cooperação lusófona nos assuntos do mar. Este objectivo de cooperação está consagrado na Estratégia Nacional para o Mar e também na Declaração de Lisboa, aprovada em Julho último pelos líderes lusófonos. Assim, a nossa intenção é promover a realização, em 2009, de uma reunião de Ministros responsáveis pela coordenação dos assuntos do mar, no sentido de melhorar a concertação diplomática nas organizações internacionais e de reforçar a nossa cooperação, com especial destaque para a partilha de informação e a investigação científica.

Ao mesmo tempo que somos confrontados por desafios que, tal como o próprio mar, extravasam as fronteiras políticas, esse mesmo mar continua a apresentar-se como um potencial factor de coesão nacional, desenvolvimento económico e afirmação internacional.

Em todo o mundo, ainda hoje, Portugal é reconhecido pela sua tradição histórica ligada ao mar. No nosso pensamento estratégico – e na nossa acção estratégica – saibamos replicar no presente a ambição desse passado para nos aventurarmos a ganhar o futuro.